

Memória de Reunião
Fórum de discussão permanente sobre o processo de reabertura da Rodovia BR-319

No dia 11 de dezembro de 2017, às 14h, na FIEAM, compareceram os presentes relacionados na lista em anexo, sob a presidência do Procurador da República Rafael da Silva Rocha, para a quarta reunião do fórum permanente sobre o processo de reabertura da Rodovia BR-319.

Aberta a reunião pelo Sr. Nelson, Presidente da FIEAM. Disse que, na sua visão, precisam mais de decisões políticas do que técnicas para resolver este problema. Que já esteve cerca de 7 vezes na ALEAM para discutir este assunto, mas não há avanço. Que tem conversado com o General Miotto, estando o Exército empenhado em fazer acontecer esta ligação rodoviária, numa região cobiçada por todo o mundo.

O Dr. Rafael lembrou que o objetivo do fórum é resolver os impasses. Fez uma breve retrospectiva sobre a criação do fórum, cujas reuniões buscam propor medidas concretas para avançar no processo de discussão, com a visão de que é preciso ter paciência pois se trata de um problema que já dura algumas décadas. Todos os presentes confirmaram que receberam a ata da reunião anterior e não houve sugestões, sendo aprovada a ata. Propôs a pauta da presente reunião, começando pelos encaminhamentos da reunião anterior:

1 – O MPF informou que houve uma representação acerca do excesso de peso na rodovia, que foi distribuída ao Procurador competente, sendo informado que já existia o IC 1.13.000.000240/2013-13 - 3º ofício – Dr. Alexandre Jabur, que investiga o excesso de peso na BR 319 e na BR 230, o qual juntou a representação ao IC e adotará as providências cabíveis.

A FIEAM pediu que o MPF oficiasse informando a situação, para que utilize essa informação sobre o excesso de peso como forma de conscientização nas reuniões com as empresas do DI. O Dr. Rafael encaminhará a solicitação ao procurador responsável pelo inquérito civil.

2 – Apresentação sobre os Projetos Básicos e Executivos das obras da rodovia. O Dr. Fábio Galvão do DNIT informou que entrou em contato com a Diretoria de Planejamento e Pesquisa, que informou que os projetos foram elaborados em 2007, estando defasados, razão pela qual solicitou que a apresentação fosse feita na próxima reunião de Manaus (depois da reunião de Manicoré). A principal mudança é que, pelos projetos de 2007, o revestimento asfáltico seria executado em areia, e agora a alteração prevê que seja feito com brita, dentre outras alterações. Acredita que em 60 ou 90 dias os projetos estarão atualizados, prontos para serem levados ao licenciamento ambiental.

A sugestão de pauta inclui: a) finalizar a composição das comissões temáticas e resolver o escopo – objetivo dos trabalhos de cada comissão; b) definir calendário das próximas reuniões, sendo que a próxima seria no município de Manicoré; c) outros assuntos, com a palavra aberta aos comunitários presentes, com tempo de 5 minutos para manifestações. A pauta foi aprovada por todos os presentes.

A Sra. Renée Veiga da FIEAM perguntou sobre a eventual aprovação do componente indígena pela FUNAI. O Dr. Rafael informou que o ofício à presidência da FUNAI foi devolvido pelos correios (o endereço pode ter mudado). O Dr. Fábio apresentou a equipe responsável pela questão indígena na empresa PROSUL, contratada pelo DNIT para elaborar este componente, acompanhando também a execução dos serviços de manutenção que estão em andamento. O Sr. Macedo informou que contam com equipe em campo neste momento, no município de Humaitá.

Em relação ao componente indígena, o Sr. Fabio disse que apresentou à FUNAI o plano de trabalho, que foi recentemente aprovado. A partir do mês de janeiro de 2018, o consórcio contratado pelo DNIT estará em campo para iniciar os trabalhos, coletando dados que vão subsidiar o estudo do componente indígena no EIA-RIMA. Perguntado pelo Dr. Rafael sobre o prazo, o Dr. Fabio informou que acredita serem necessários 90 dias, por conta da dificuldade de deslocamento no período chuvoso para as 5 comunidades indígenas que estão localizadas nas margens do Rio Purus e Madeira.

O representante do CIMI perguntou se são somente 5 comunidades indígenas, pois bem próximo da BR existem 30 aldeias indígenas. O Dr. Fábio disse que trabalham com o Termo de Referência elaborado pela FUNAI, encaminhado ao DNIT, que cita as 5 comunidades, sendo que são apenas as comunidades indígenas do trecho do meio da rodovia.

O Dr. Rafael pediu que o CIMI fizesse suas considerações na 3ª etapa da reunião, quando a palavra estará aberta a todos os presentes.

A seguir, passaram a definir a **composição das comissões temáticas**, da seguinte forma:

1 – Comissão de Comando e Controle: MPF (Dr. Rafael), Exército (poderá indicar um representante posteriormente), IBAMA (Cícero), IPAAM (João Paulo), ICMBio (não estava presente na reunião), SEMA (Akis e Dionéia), FUNAI (não estava presente), PM (Comandante do Batalhão Ambiental - Coronel Ronaldo), Corpo de Bombeiros (não estava presente), Polícia Civil (Delegado Mateus), PRF (Inspetor Huberlon). Na reunião, solicitou sua inclusão o GGI – SSP (Delegado Caio César).

2 – Comissão de Desenvolvimento Municipal: MPF (Dr. Rafael), ALEAM – CAAMA (ausente) e Comissão de Assuntos Municipais (Henrique), FIEAM (Renée), Associação de Amigos e Defensores da BR 319 (Pedro Fernandes), SEMA (Dionéia), IDESAM (Fernanda), SEAS (não estava presente), Associações Comunitárias Nova Geração (Sônia), São Sebastião do Igapó-Açu (D. Mocinha), Ramal Floresta (D. Maria dos Remédios) e Casa do Rio (Kesia). Na reunião, solicitaram sua inclusão a FAS (indicará um representante posteriormente) e a associação Borburi-açu (Sr. Gilberto Reis).

3 – Comissão de Gestão Ambiental e Territorial (ou Regularização Ambiental e Fundiária): MPF (Dr. Rafael), INCRA (André Luiz), Terra Legal (não estava presente), SPU (não estava presente), SPF (Tessália), FUNAI (ausente), CIMI (indicará posteriormente), ICMBio (Victor Paoleschi), IBAMA (Luizete), SEMA (Akis), IPAAM (indicará posteriormente), IDESAM (Fernanda), Movimento Educar para a Cidadania (Menabarreto), OAB (Dr. Flavio Muller), FIEAM (Renée), Associação de Amigos e Defensores da BR 319 (André). Na reunião, solicitaram sua inclusão a FAS (indicará um representante posteriormente) e a FAEA (indicará posteriormente).

O Dr. Rafael lembrou que as comissões podem oferecer subsídios para a implementação da governança na BR, ajudando a construir um termo de compromisso a ser celebrado com todos os órgãos dentro de suas respectivas áreas de atribuição. Pediu que cada componente das comissões informassem um número de whatsapp para criação de grupos, nos quais serão definidas as datas das reuniões, as quais, em princípio, serão realizadas no gabinete do 9º ofício da PRAM, na sede da Avenida André Araújo.

Em seguida, passaram a discutir o **calendário de 2018**. Apesar do cancelamento da reunião de novembro de 2017 em Manicoré (pela incompatibilidade das agendas dos integrantes do fórum), uma equipe do MPF esteve no município participando da reunião de lideranças e comunitários da BR 319. Como não houve discussão com a população da sede do município, persiste a necessidade de realizarem a reunião com as autoridades locais e a audiência pública em Manicoré.

O Secretário de Meio Ambiente de Manicoré, Sr. Antônio Jorge Barros, disse que concordam com a realização da reunião do fórum no município.

O Dr. Rafael disse que a logística será definida em janeiro, com as instituições que manifestarem interesse em participar. Sugeriu a data de 20 de fevereiro de 2018 (terça). Os voos são na terça, quinta e sábado. Falou sobre a percepção que obteve do vice-prefeito de Manicoré, no sentido de que a questão ambiental seria um entrave ao desenvolvimento. Ponderou que não é o IBAMA que está atrapalhando a pavimentação dos trechos que não estão no trecho do meio (sujeito ao licenciamento – a partir do Rio Jordão), pois não há nenhum empecilho de ordem ambiental para a pavimentação destes trechos.

O Dr. Sérgio, representante da FIEAM, disse que o Estado do Amazonas vive uma encruzilhada econômica, pois o modelo da ZFM dificilmente poderá continuar sustentando toda a economia do Estado a longo prazo. Disse que é preciso criar outras alternativas econômicas viáveis para o Estado nos próximos anos, necessitando haver um equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico para evitar a depredação da floresta por 4 milhões de pessoas sem alternativas de renda. A visão das ONG's é "de fora para dentro" e está errada, pois se proibirem o desenvolvimento do interior, não conseguirão proteger a floresta. Que a ZFM ajudou a preservar 97% da floresta no Estado do Amazonas.

Manifestaram interesse em participar da viagem a Manicoré: MPF, OAB, FIEAM, SEMA, Casa do Rio, DNIT, Associação de Amigos da BR 319, CIMI (tem interesse mas não pode dia 20), IDESAM, FAS, Polícia Militar, IPAAM, Consórcio PROSUL-MAC. Serão convocados no final de janeiro para uma reunião, na qual serão definidas a logística da viagem e a programação no município. Todas as instituições serão convidadas, com a indicação das que já manifestaram interesse.

Em janeiro, também haverá reuniões das comissões.

No mês de maio de 2018, será realizada uma edição do MPF na Comunidade no município de Careiro Castanho. Na ocasião, haverá reunião com as autoridades locais e audiência pública sobre a BR 319.

Em março e abril, as reuniões serão em Manaus, na FAS e no DNIT, respectivamente.

Resumo do Calendário:

Fevereiro – Manicoré

Março – FAS

Abril – DNIT

Maior – Careiro Castanho

A seguir, foi aberta a palavra aos presentes, na seguinte ordem:

1 – Cristian – CIMI: apresentou o mapa e se disse preocupado com a questão do componente indígena, pois existem povos indígenas que não estão em terras demarcadas (em vermelho as TÍ's regularizadas, os pontos laranjas são TÍ's reivindicadas ainda em estudo na FUNAI e os pontos vermelhos são TÍ's reivindicadas ainda sem processos na FUNAI, mas que são do conhecimento do CIMI).

Estas terras em fase de reivindicação não deveriam ficar de fora do estudo do componente indígena, pois se não forem consideradas, serão ainda mais vulneráveis a impactos. No trecho do meio, provavelmente devem ser estudadas mais do que as 5 comunidades indicadas no TR da FUNAI.

O Sr. Macedo da PROSUL perguntou se estas terras indicadas no mapa do CIMI estão nos mapas existentes no site da FUNAI. O representante do CIMI disse que os pontos vermelhos talvez não sejam do conhecimento da FUNAI.

O representante da FIEAM perguntou se existe um estudo sobre a quantidade de índios em cada uma dessas comunidades. O CIMI disse que são informações iniciais e que é possível informar, mas não agora.

A Sra. Renée perguntou onde inicia o trecho do meio no mapa, sendo indicado (a partir do Igapó-Açu).

O Sr. Fabio do DNIT esclareceu sobre os trechos indicados no Termo de Compromisso assinado com o IBAMA. Nos trechos A, B e C, o DNIT pode executar qualquer tipo de intervenção. Somente a partir de 2013, a FUNAI indicou a necessidade de estudos sobre comunidades indígenas no Trecho do Meio (km 250 ao km 655), sendo que até o ano passado discutiram a quantidade de comunidades a serem estudadas. Ainda no ano passado, a FUNAI elaborou o TR para que o DNIT estudasse 5 comunidades indígenas. Já houve a contratação do consórcio responsável por este estudo, que fará parte do EIA-RIMA. Pediu que o CIMI procurasse o DNIT para que analisassem os dados e tirassem as dúvidas quanto a este item (fato novo).

O CIMI esclareceu que os pontos vermelhos não são necessariamente comunidades, mas são áreas de reivindicação que podem estar ou não vinculados a alguma comunidade indígena. Que independentemente de estarem ou não no trecho do meio, há de se considerar que os impactos socioambientais de uma obra não se restringem ao trecho sob licenciamento ambiental, mas em todo o território abrangido pela BR.

O Sr. Macedo disse que a Portaria Interministerial definiu critérios para enquadramento das áreas a serem estudadas (espeleologia, arqueologia e indígenas), e a FUNAI definiu a metodologia para os estudos, não podendo atingir áreas indígenas fora do raio de 40 km – distância definida para a Amazônia. É exigida a caracterização de toda a riqueza etnológica existente na área, mesmo além dos 40km. Os estudos serão apreciados pela FUNAI e apresentados às comunidades.

O Dr. Rafael esclareceu que a ata será encaminhada ao 5º ofício da PRAM – Dr. Fernando, que possui atribuição para tratar sobre a questão indígena.

2 – André – Associação de Amigos da BR 319: fez uma denúncia contra alguns policiais militares que, na última semana, realizaram buscas nas casas de moradores da comunidade Igapó-Açu por suspeitas de que estavam abrigando suspeitos de crime. Pediu retratação por parte da PM. Disse que é preciso colocar um redutor de velocidade na comunidade de Realidade, o que é impedido pelo IBAMA. Que pretendem reduzir o trecho do meio, com a colocação de ponte no Igapó-Açu como existe no Rio Tupana, para escoar a produção da comunidade de Realidade. Pediu que convidassem a ANTAQ e a Marinha para tomarem providências sobre as balsas do CEASA.

O representante da PM perguntou se houve a formalização da denúncia sobre a invasão da residência. A moradora informou que foi em duas delegacias, mas não foi atendida. O representante da PM informou o local onde podem procurar para fazer o registro junto à Corregedoria da Polícia.

3 – Dionéia - SEMA: explicou que, em fevereiro, a ANTAQ concedeu outorga da travessia do rio Igapó-Açu para a empresa Amazônia Navegações, sendo que a comunidade não foi previamente comunicada deste fato. A travessia sempre foi feita por empresa de um morador. A chegada da balsa da empresa Amazônia Navegações gerou uma série de conflitos na comunidade. Pediu que uma pessoa de cada comunidade das duas margens do Rio Igapó-Açu pudessem falar sobre este assunto.

O Dr. Rafael disse que concorda com o convite para a Marinha e a ANTAQ participarem do fórum. Não houve nenhuma oposição, ficando decidido que o MPF enviará o convite para a próxima reunião (de março, em Manaus).

Sobre a representação feita pelo Sr. André, a atribuição para o controle externo da PM é do MP-AM, sendo que não foram trazidas as informações necessárias para que o MP possa instaurar um procedimento para investigar o que de fato aconteceu. Pediu que a D. Mocinha (suposta vítima dos fatos relatados) fizesse a representação ao MP e/ou à Corregedoria da PM.

A seguir, a D. Mocinha falou que a balsa que chegou para fazer a travessia está causando conflito, que precisa ser resolvido pelos órgãos competentes, e não pelas comunidades, pois os moradores não têm como resolver esta questão sozinhos. A Sra. Sônia, da outra margem do Igapó-Açu, disse que o Plano de Gestão da RDS precisa ser respeitado. Afirmou que a empresa Amazônia Navegação chegou sem avisar ninguém e vem ameaçando alguns moradores para retirarem suas casas, como por exemplo o Sr. Nonato, dono da balsa que sempre fez a travessia no Igapó-Açu. Disse que não houve agressão dos PM's, que fizeram a detenção de um morador que estava desrespeitando os policiais, que esta pessoa (Sr. Maxwell) já causou muitos problemas na comunidade, andando armado e causando outras confusões. A Marinha apreendeu a balsa da empresa Norte Frente, e por isso os próprios moradores pediram o apoio da PM para conversarem com o Sr. Maxwell, já que tem medo de que ele cometa alguma violência.

A seguir, falou a Sra. Marluce da comunidade Nova Geração. Disse que os policiais do Careiro Castanho foram convidados pelos moradores para falarem com o sr. Maxwell, por medo de agressão. Que foram convidados pelo Sr. Maxwell para conversarem dentro da casa da D. Mocinha (não houve invasão da sua residência) e que ele somente foi detido porque agrediu o policial com um empurrão. Querem a continuidade da travessia de balsa pelo comunitário, e não pela empresa Amazônia Navegação, embora este morador tenha trabalhado durante vários anos sem que fosse informado da necessidade de se regularizar.

O Sr. Raimundo Nonato da Silva, responsável pela balsa da empresa Norte Frente, declarou que está explorando a atividade há quase 40 anos. Disse que usa uma antiga balsa abandonada no local pelo antigo DNER (hoje DNIT) e que desde então vem fazendo esta travessia. Somente agora a Amazônia Navegação, uma empresa grande de Porto Velho, chegou para assumir esta atividade com outorga da Marinha e ANTAQ. Por fim, concluiu que está obtendo sua documentação para regularizar sua empresa e poder continuar trabalhando.

O Dr. Rafael comprometeu-se a comunicar esta questão da outorga para a empresa Amazônia Navegações ao membro do MPF com atribuição.

4 – Dr. Marcos – OAB: disse que o Brasil ainda não percebeu a importância da Amazônia, como repositório de água doce. Que precisam do restabelecimento das condições mínimas de trafegabilidade, como há 30 anos, da BR-319. Que o ser humano não pode ser excluído das preocupações ambientais. Que o modelo da ZFM precisa da BR-319. Que 90-95% do ICMS do Amazonas vem de Manaus. Que a BR-319 pode ser um vetor de preservação ambiental, pois a facilitação do acesso garantiria maior presença do Estado. Sugeriu convidar a bancada federal do AM.

O Dr. Rafael disse que os parlamentares foram convidados para todas as reuniões, sendo este o motivo pelo qual as reuniões acontecem sempre nas segundas-feiras.

O Sr. Macedo disse que, em 15 de janeiro, uma comitiva do Senado realizará uma inspeção na BR-319. Que houve grande avanço no Brasil quanto à legislação ambiental, mas o problema é a gestão do Estado. Neste licenciamento específico, tomouse em consideração como se fosse a implantação de uma nova rodovia, sendo que a rodovia já foi implantada na década de 70 – este fato é omitido na divulgação – e por isso não deveria ser objeto de EIA-RIMA. Que a Justiça deveria interromper esta “encenação” com interesses distantes da Amazônia e do Brasil, “muito bem pagos”.

O Sr. Hugo do IBAMA pronunciou-se sobre a situação do licenciamento ambiental das obras da rodovia. Informou que não existe nenhuma solicitação do DNIT para asfaltamento da BR-319. Assim, o entrave não é de ordem ambiental, e sim de outras esferas, como no Ministério do Planejamento, Casa Civil, etc. O IBAMA só pode iniciar o procedimento de licenciamento ambiental para asfaltamento da rodovia quando o DNIT protocolar este pedido, mediante EIA-RIMA, como é feito em qualquer outra rodovia.

O Sr. Macedo disse que as obras de manutenção e conservação são objeto de LI vigente expedida pelo IBAMA para o DNIT. O processo de pavimentação está na DILIC-IBAMA, com EIA-RIMA entregue, dependendo da manifestação da FUNAI, sendo que em janeiro devem ser iniciados os estudos do componente indígena pela empresa contratada pelo DNIT. O Sr. Hugo disse que o processo com solicitação de licença para pavimentação da BR-319 ainda não chegou ao IBAMA.

O Sr. André pediu ao MPF esclarecimento sobre a fala do IBAMA. O Dr. Rafael lembrou que o EIA-RIMA está em elaboração para ser apresentado. Em seguida, será iniciado o procedimento de licenciamento ambiental no IBAMA para pavimentação. O Sr. Macedo disse que a exigência do EIA-RIMA já é feita no âmbito de um procedimento de licenciamento ambiental, sendo sua aprovação condicionante para a expedição de LI.

O Sr. Sérgio da FIEAM disse que o povo do Amazonas vem renunciando ao direito ao desenvolvimento em razão do meio ambiente. Que a preservação da Amazônia depende do desenvolvimento sustentável desta região. O Dr. Rafael disse que o objetivo do fórum é a pavimentação com sustentabilidade, e as divergências são quanto ao tempo e modo de fazer. As atividades do fórum são paralelas aos estudos obrigatórios por lei.

O Sr. Akis da SEMA, gestor da RDS Matupiri, RDS Rio Amapá e PAREST Matupiri, disse que vem pedindo ao DNIT que apresente no fórum os projetos da BR 319 e até agora a sociedade não tem conhecimento dos mesmos, mas os discursos mais facilmente acusam o meio ambiente de impedir o asfaltamento da estrada. Que os órgãos ambientais enfrentam problemas estruturais, mas dedicam-se à conservação da área da BR 319. As pessoas que vivem ao longo da BR 319 estão suscetíveis às invasões e outras ameaças, diariamente. Que vem combatendo junto com a PM de Humaitá as invasões em UC's na BR 319. Pediu que tivesse oportunidade de conversar com o consórcio de empresas contratado pelo DNIT, que já está trabalhando, para alinhar algumas informações.

O Dr. Rafael ressaltou a importância de ouvir diretamente os moradores da BR 319, sem intermediários, agradecendo a presença massiva dos moradores nesta reunião.

O morador Cleberson agradeceu a presença da PM no Igapó-Açu e ressaltou que o gerente da empresa Amazônia Navegações agrediu os policiais, no episódio mencionado nesta reunião. Agradeceu o auxílio do Sr. Nonato, da empresa Norte Frente, que sempre deu apoio aos moradores para escoarem sua produção pela BR-319. O André disse que não é empresário e que não tem nenhuma relação com a Amazônia Navegações.

Não havendo outras manifestações, o Dr. Rafael agradeceu a FIEAM pela cessão do espaço (que repassou em pen drive a gravação do áudio) e a reunião foi encerrada.

A ata será encaminhada por e-mail para revisão de todos os presentes, conforme a lista assinada.